

EDUCAÇÃO POPULAR EM PERSPECTIVA CRÍTICA: SUPERAÇÃO DA INVISIBILIZAÇÃO SOCIAL

POPULAR EDUCATION FROM A CRITICAL PERSPECTIVE: OVERCOMING SOCIAL INVISIBILITY

LA EDUCACIÓN POPULAR DESDE UNA PERSPECTIVA CRÍTICA: SUPERAR LA INVISIBILIZACIÓN SOCIAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-199>

Data de submissão: 16/06/2025

Data de publicação: 16/07/2025

Mariano Henrique Maurício de Campos

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade de Uberaba (UNIUBE)

E-mail: marianohmcamps@gmail.com

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3332-3194>.

Júlio Alves Caixeta Júnior

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: prof.juliojunior@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4136600064958259>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3849-1792>.

RESUMO

Este artigo de revisão analisa criticamente o papel da educação popular como instrumento de transformação social e superação da invisibilização de grupos politicamente minoritários. Fundamentado em uma perspectiva marxista, o trabalho examina as limitações da educação institucionalizada enquanto aparelho ideológico do Estado e propõe a educação popular como alternativa para a construção de identidades autênticas e a ruptura com a sociabilidade capitalista. Através de uma análise teórica que articula conceitos de Althusser, Bourdieu, Dussel e outros autores, argumentamos que a transformação social efetiva requer práticas educativas não institucionalizadas que questionem as estruturas de poder estabelecidas. O estudo conclui que a educação popular representa um caminho promissor para a formação de sujeitos capazes de promover mudanças estruturais necessárias para a superação das desigualdades e da exclusão social no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Educação Popular. Marxismo. Aparelhos Ideológicos do Estado. Invisibilização Social. Transformação Social.

ABSTRACT

This review article critically analyzes the role of popular education as an instrument for social transformation and overcoming the invisibilization of politically minority groups. Based on a Marxist perspective, the work examines the limitations of institutionalized education as an ideological apparatus of the state and proposes popular education as an alternative for building authentic identities and breaking with capitalist sociability. Through a theoretical analysis that articulates concepts from Althusser, Bourdieu, Dussel and other authors, we argue that effective social transformation requires non-institutionalized educational practices that question established power structures. The study

concludes that popular education represents a promising path for the formation of subjects capable of promoting the structural changes necessary to overcome inequalities and social exclusion in the Brazilian context.

Keywords: Popular Education. Marxism. Ideological Apparatuses of the State. Social Invisibilization. Social Transformation.

RESUMEN

Este artículo de revisión analiza críticamente el papel de la educación popular como instrumento para la transformación social y la superación de la invisibilización de los grupos políticamente minoritarios. Partiendo de una perspectiva marxista, el trabajo examina las limitaciones de la educación institucionalizada como aparato ideológico del Estado y propone la educación popular como alternativa para construir identidades auténticas y romper con la sociabilidad capitalista. A través de un análisis teórico que articula conceptos de Althusser, Bourdieu, Dussel y otros autores, se argumenta que la transformación social efectiva requiere de prácticas educativas no institucionalizadas que cuestionen las estructuras de poder establecidas. El estudio concluye que la educación popular representa un camino promisorio para la formación de sujetos capaces de promover los cambios estructurales necesarios para superar las desigualdades y la exclusión social en el contexto brasileño.

Palabras clave: Educación Popular. Marxismo. Aparatos Ideológicos del Estado. Invisibilización Social. Transformación Social.

1 INTRODUÇÃO

A questão da educação como instrumento de transformação social tem ocupado posição central nos debates acadêmicos e políticos contemporâneos. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e pela persistência de processos de exclusão e invisibilização de grupos politicamente minoritários, a reflexão sobre o papel da educação torna-se ainda mais urgente e relevante.

O presente artigo de revisão propõe uma análise crítica da educação popular enquanto alternativa às limitações da educação institucionalizada, partindo de uma perspectiva marxista que questiona as estruturas de poder estabelecidas na sociedade capitalista. Buscamos compreender como a organização política, social e econômica vigente perpetua a opressão e a desigualdade, identificando a ilusão presente na crença de que os espaços institucionalizados da educação podem ser preponderantes para a mudança social.

A relevância desta discussão intensifica-se no contexto atual, caracterizado pelo avanço neoliberal na América Latina e pela emergência de movimentos neoconservadores que têm promovido o esvaziamento de direitos sociais e debates progressistas. Neste cenário, torna-se fundamental examinar alternativas educacionais que possam efetivamente contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O artigo adota o formato de uma revisão teórica crítica, com base na tradição marxista, buscando analisar o papel da educação popular na superação da invisibilização social. Trata-se de uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, que se apoia na análise de textos clássicos e contemporâneos no campo da educação, da sociologia crítica e filosofia da libertação.

A escolha metodológica justifica-se pela intenção de aprofundar a compreensão conceitual e crítica da educação institucionalizada como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, contrapondo-a à proposta da educação popular como instrumento de emancipação. Com base em Triviños (1987) e Chizzotti (2005), que destacam o papel das abordagens teóricas na construção de interpretações críticas da realidade educacional, optou-se por uma revisão sistematizada que privilegia autores e categorias que denunciam os mecanismos ideológicos da dominação.

Dentre os autores centrais, Louis Althusser contribui com a noção de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), essencial para compreender como a educação formal atua na reprodução das relações de produção. Pierre Bourdieu, por sua vez, é citado para tratar da reprodução simbólica por meio dos conceitos de *habitus* e capital cultural, revelando os limites da meritocracia no campo educacional. Enrique Dussel é incorporado à análise a partir da Filosofia da Libertação, oferecendo fundamentos

éticos e históricos para uma educação contra-hegemônica, voltada para os sujeitos periféricos da história.

Essa seleção de autores se justifica não apenas por sua relevância teórica, mas por suas contribuições diretas à crítica das formas de dominação presentes na escola e na sociedade capitalista. A escolha de uma abordagem crítica se alinha à proposta de Paulo Freire, ainda que não tratado extensivamente neste trabalho, cuja influência é subjacente à compreensão de uma pedagogia emancipadora.

Por fim, esta metodologia visa não apenas mapear conceitos, mas articulá-los com a realidade social e política brasileira, especialmente no contexto das ofensivas conservadoras que ameaçam os direitos sociais e os espaços de debate democrático.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CRÍTICA MARXISTA AOS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO

A compreensão da educação como aparelho ideológico do Estado constitui um dos pilares fundamentais da análise marxista das instituições educacionais. Louis Althusser (1980) desenvolve este conceito ao demonstrar como as instituições estatais funcionam para assegurar a reprodução das relações de produção capitalistas e a sujeição dos indivíduos à ideologia dominante.

Segundo Althusser (1980), o aparelho ideológico escolar ocupa posição dominante nas formações capitalistas maduras, tendo conquistado esta posição após uma violenta luta de classes política e ideológica. O autor argumenta que, embora os indivíduos possam atingir diferentes níveis escolares, o que realmente aprendem são saberes práticos que garantem a reprodução da sociedade capitalista e naturalizam a existência de exploradores e explorados.

Esta perspectiva revela como a escola, aparentemente neutra e desprovida de ideologia, funciona como mecanismo de perpetuação dos interesses da classe dominante. O aprendizado de saberes práticos não apenas transmite conhecimentos técnicos, mas também inculca valores, normas e comportamentos que asseguram a manutenção do sistema capitalista.

2.2 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA EDUCAÇÃO INSTITUCIONALIZADA

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1975) contribuem significativamente para a compreensão dos mecanismos através dos quais a educação institucionalizada perpetua as desigualdades sociais. Os autores desenvolvem o conceito de violência simbólica, definindo-a como todo poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força.

Para Bourdieu e Passeron (1975), toda ação pedagógica constitui objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural. Esta compreensão revela como a educação formal não apenas transmite conhecimentos, mas também impõe determinadas visões de mundo e sistemas de valores que favorecem os grupos dominantes.

A violência simbólica opera de forma particularmente eficaz porque é exercida com a cumplicidade dos próprios dominados, que não percebem o caráter arbitrário das imposições culturais. Desta forma, a educação institucionalizada contribui para a reprodução das desigualdades sociais ao apresentar como naturais e legítimas as diferenças que são, na verdade, socialmente construídas.

2.3 A PERSPECTIVA DECOLONIAL E A CULTURA POPULAR

Enrique Dussel (1977) oferece uma perspectiva fundamental para compreender a importância da cultura popular na construção de alternativas ao sistema capitalista. O autor argumenta que a cultura dos grupos e classes oprimidas conserva melhor o mundo autêntico e constitui a fonte das alternativas novas da cultura mundial futura.

Segundo Dussel (1977), a exterioridade da cultura popular representa a melhor garantia e o núcleo mais incontaminado do homem novo. Os valores populares, hoje desprezados e até não reconhecidos pelo próprio povo, devem ser estudados cuidadosamente e incrementados através de uma nova pedagogia dos oprimidos que desenvolva suas possibilidades.

Esta perspectiva decolonial ressalta a importância de valorizar as práticas culturais e educativas que emergem dos grupos oprimidos, reconhecendo-as como fontes de resistência e alternativas ao modelo educacional hegemônico. A cultura popular não constitui apenas um resíduo do passado, mas uma força viva capaz de gerar transformações sociais significativas.

3 A EDUCAÇÃO INSTITUCIONALIZADA COMO REPRODUTORA DAS DESIGUALDADES

3.1 A NATURALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

A análise crítica da educação institucionalizada revela como esta funciona como mecanismo de naturalização da exclusão social. Jessé Souza (2017) demonstra como as pré-condições para aquisição do capital cultural, social e político necessários para o sucesso escolar são distribuídas de forma desigual na sociedade brasileira.

Na família dos excluídos, diversos fatores militam contra o sucesso escolar. Mesmo quando os pais insistem na via escolar como saída da pobreza, esse estímulo torna-se ambíguo, pois a criança

percebe que a escola pouco fez para mudar o destino de seus pais. O exemplo concreto, e não apenas o discurso, torna-se decisivo no aprendizado infantil.

Souza (2017) ilustra esta questão ao observar que a brincadeira de um filho de servente de pedreiro é com o carrinho de mão do pai, e o aprendizado afetivo aponta para a formação de um trabalhador manual e desqualificado. Esta realidade demonstra como a desigualdade de oportunidades é construída desde a infância, criando uma competição social injusta que favorece os grupos privilegiados.

3.2 A CULPABILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS

Um dos aspectos mais perversos da educação institucionalizada é sua capacidade de culpabilizar as próprias vítimas do sistema. Souza (2017) argumenta que o pobre e excluído, ao concluir a escola como analfabeto funcional, sente-se culpado pelo próprio fracasso e tão incapaz quanto os privilegiados costumam percebê-lo.

O círculo da dominação fecha-se quando a própria vítima do preconceito e do abandono social se culpa por seu destino, que foi preparado secularmente por seus algozes. Esta dinâmica revela como a educação institucionalizada não apenas reproduz as desigualdades, mas também as legitima ao apresentar o fracasso escolar como resultado de deficiências individuais e não de problemas estruturais.

3.3 A ESCOLA COMO MECANISMO DE PERPETUAÇÃO DOS INTERESSES BURGUESSES

Dermeval Saviani (1999) contribui para esta análise ao argumentar que o aparelho ideológico escolar, em lugar de instrumento de equalização social, constitui um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses. Esta perspectiva revela como a promessa de democratização através da educação escolar mascara sua função real de manutenção do status quo.

A escola funciona como um filtro social que seleciona aqueles que podem ascender na hierarquia social, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pela ordem capitalista. Desta forma, mesmo quando promove uma certa mobilidade social, a educação institucionalizada não questiona as bases estruturais da desigualdade.

4 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ALTERNATIVA TRANSFORMADORA

4.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

A educação popular emerge como alternativa às limitações da educação institucionalizada, fundamentando-se na compreensão de que a transformação social requer práticas educativas que

questionem as estruturas de poder estabelecidas. Esta perspectiva baseia-se no materialismo histórico-dialético, que oferece aportes teóricos importantes para uma abordagem crítica da educação.

Maria Cecília de Souza Minayo (2004) destaca que é na práxis, na perspectiva dialética, que se dá a emancipação subjetiva e objetiva do ser humano e a destruição da opressão enquanto estrutura e transformação da consciência. A transformação das ideias sobre a realidade e a transformação da realidade caminham juntas, revelando a unidade entre teoria e prática na educação popular.

4.2 A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES AUTÊNTICAS

As práticas educacionais não institucionalizadas representam um movimento singular na construção de identidades autênticas, traçadas fora dos aparelhos ideológicos do Estado. Maria Waldenez de Oliveira et al. (2009) enfatizam que as práticas sociais encaminham para a criação de identidades e estão presentes em toda a história da humanidade, inseridas em culturas e concretizadas em relações que estruturam as organizações das sociedades.

Estas práticas permitem que indivíduos e coletividades se construam através da participação de pessoas de diferentes gêneros, crenças, culturas, raças, etnias, necessidades especiais, escolaridades, classes sociais, faixas etárias e orientações sexuais. A diversidade de participantes e perspectivas enriquece o processo educativo e contribui para a formação de identidades mais complexas e autênticas.

4.3 A SUPERAÇÃO DA INVISIBILIZAÇÃO SOCIAL

A educação popular oferece possibilidades concretas para a superação da invisibilização social que afeta grupos politicamente minoritários. Através da valorização das práticas culturais e educativas destes grupos, a educação popular contribui para o reconhecimento de suas contribuições para a sociedade e para a construção de sua autoestima e identidade coletiva.

Este processo de reconhecimento não se limita à dimensão simbólica, mas articula-se com a luta por transformações estruturais que possam efetivamente alterar as condições de vida dos grupos excluídos. A educação popular, portanto, combina a dimensão cultural com a dimensão política, promovendo simultaneamente a valorização das identidades e a luta por direitos.

5 O CONTEXTO NEOLIBERAL E NEOCONSERVADOR

5.1 A VIRADA HEGEMÔNICA NEOCONSERVADORA

Silvio Luiz de Almeida (2018) analisa a emergência de uma virada hegemônica neoconservadora que tem impactado significativamente o campo educacional. O autor argumenta que

o discurso neoliberal clássico, baseado no universalismo e no multiculturalismo, não consegue amparar enquanto ideologia a necessidade de uma prática política brutal de extermínio e rebaixamento das condições de vida.

Pessoas capazes de articular um discurso de violência contra minorias, de intolerância e de hiperindividualismo conseguem justificar o estágio atual da economia capitalista, invocando o direito e contando com o apoio das instituições de repressão do Estado. Esta análise revela como o neoconservadorismo não constitui apenas uma mudança discursiva, mas uma adaptação ideológica às necessidades do capitalismo contemporâneo.

5.2 O ESVAZIAMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS

O governo de Jair Bolsonaro exemplifica esta virada neoconservadora ao inaugurar o esvaziamento de inúmeros direitos sociais e esvaziar os debates sobre questões étnico-raciais, relações de gênero e discussões ambientais. Este processo ocorre através de um discurso fundamentalista religioso que apresenta perspectiva colonial, antinacional, machista, racista e homofóbica.

Este cenário demonstra como a confiança nos espaços institucionalizados para a promoção de causas progressistas revela-se ilusória. A facilidade com que direitos conquistados podem ser revertidos evidencia a fragilidade das conquistas obtidas exclusivamente através da luta institucional.

5.3 A NECESSIDADE DE ALTERNATIVAS NÃO INSTITUCIONALIZADAS

Diante deste contexto, torna-se evidente a necessidade de construir alternativas educacionais que não dependam dos espaços institucionalizados controlados pelo Estado. A educação popular emerge como uma dessas alternativas, oferecendo possibilidades de formação crítica e organização política que podem resistir às investidas neoconservadoras.

A construção de uma crítica mais ampla ao sistema de sociabilidade capitalista passa necessariamente pelos espaços não institucionalizados. É na perspectiva do materialismo histórico-dialético que se podem construir aportes teóricos importantes para dar destaque a uma perspectiva de vanguarda para a educação não institucionalizada.

6 A CRÍTICA AO DIREITO COMO MERCADORIA

6.1 A FORMA JURÍDICA NO CAPITALISMO

Alysson Leandro Mascaro (2018) contribui para a compreensão crítica do direito ao fundamentar-se na análise de Evgeny Pachukanis sobre a relação entre direito e mercadoria. Segundo esta perspectiva, Pachukanis atrela o direito à mercadoria, na medida em que a forma social de uma é

reflexo da outra, alcançando assim a materialidade do direito como forma de sociabilidade necessária do capitalismo.

As instituições jurídicas não derivam de um mero conjunto de decisões ou voluntarismos políticos, nem tampouco de razões de justiça ou metafísica. O direito assenta-se numa materialidade de sujeitos que transacionam, revelando sua função específica na organização das relações sociais capitalistas.

6.2 A ILUSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Esta análise revela como a luta por direitos sociais, embora importante, não pode ser considerada suficiente para a transformação social. Os direitos, na sociedade capitalista, não passam de mercadoria, pois tudo se alia ao capital mediante instrumentos jurídicos contratuais. Portanto, o direito é forjado pelo capital e serve aos seus interesses.

A defesa intransigente da educação como direito social, embora compreensível, pode mascarar a necessidade de questionar as estruturas mais profundas que geram as desigualdades. O reconhecimento de direitos no plano jurídico não constitui meio suficiente para acabar com a exploração e as desigualdades sociais.

6.3 A NECESSIDADE DE IR ALÉM DA LUTA JURÍDICA

A compreensão crítica do direito revela a necessidade de buscar outras arenas de debate que permitam efetivamente vencer a luta contra a opressão. As construções teóricas devem romper relações com o Estado e com o próprio Direito, buscando alternativas que questionem as bases materiais da dominação.

Esta perspectiva não implica o abandono da luta por direitos, mas o reconhecimento de suas limitações e a necessidade de articulá-la com outras formas de organização e resistência. A educação popular pode desempenhar papel fundamental neste processo, oferecendo espaços para a reflexão crítica e a construção de alternativas.

7 A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CAPITALISMO

7.1 A CONSTITUIÇÃO MATERIAL DO SUJEITO

Mascaro (2018) oferece uma análise importante sobre a constituição da subjetividade no capitalismo, argumentando que o sujeito é constituído por práticas materiais. O sujeito é porque as práticas materiais e estruturais do capitalismo o erigem como tal, revelando como a subjetividade não é uma construção puramente individual ou psicológica.

A ideologia não constitui uma vestimenta pessoal opcional nem tampouco uma deformação de uma visão de mundo verdadeira ou ideal. A ideologia é o substrato de constituição da própria subjetividade, operando no mesmo nível do inconsciente e não sendo objeto de mera vontade libertadora individual nem se prestando a transformação através da conscientização de suas condições.

Esta análise revela as limitações das abordagens educacionais que se baseiam exclusivamente na conscientização individual. Se a ideologia opera no nível do inconsciente e é constituída por práticas materiais, a transformação da consciência requer também a transformação das condições materiais de existência.

A educação popular, ao articular a dimensão individual com a dimensão coletiva e ao vincular a reflexão crítica com a prática social, oferece possibilidades mais efetivas para a transformação da subjetividade. Através da participação em práticas sociais transformadoras, os indivíduos podem desenvolver novas formas de compreender a realidade e de se relacionar com ela.

A compreensão da práxis como unidade entre teoria e prática torna-se fundamental para a educação popular. Não se trata apenas de transmitir conhecimentos críticos, mas de desenvolver práticas que permitam a transformação simultânea da realidade e da consciência.

Esta perspectiva dialética reconhece que a transformação social não ocorre apenas através da mudança das ideias, mas requer também a transformação das condições materiais de existência. A educação popular pode contribuir para este processo ao promover práticas educativas que articulem reflexão crítica e ação transformadora.

8 AS PRÁTICAS SOCIAIS COMO FUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR

8.1 A DIVERSIDADE DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Maria Waldenez de Oliveira et al. (2009) destacam que as práticas sociais encaminham para a criação de identidades e estão presentes em toda a história da humanidade, inseridas em culturas e concretizadas em relações que estruturam as organizações das sociedades. Estas práticas permitem que indivíduos e coletividades se construam através da participação de pessoas com diferentes características e experiências.

As práticas sociais envolvem pessoas de diferentes gêneros, crenças, culturas, raças, etnias, necessidades especiais, escolaridades, classes sociais, faixas etárias e orientações sexuais. Esta diversidade constitui uma das principais forças da educação popular, pois permite o encontro de diferentes perspectivas e experiências, enriquecendo o processo educativo.

8.2 A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR

A educação popular não se limita à valorização das práticas sociais, mas busca também a sistematização do conhecimento que emerge dessas práticas. Este processo de sistematização permite que os saberes populares sejam organizados, aprofundados e articulados com outros conhecimentos, potencializando sua capacidade transformadora.

A sistematização do conhecimento proveniente das práticas sociais pode promover a ruptura com o estado de dominação vivido atualmente. Através da reflexão crítica sobre suas próprias experiências, os grupos populares podem desenvolver compreensões mais profundas sobre a realidade e elaborar estratégias mais efetivas para sua transformação.

8.3 A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS

As práticas sociais da educação popular contribuem para a construção de identidades coletivas que fortalecem os grupos politicamente minoritários. Através da participação em processos educativos que valorizam suas culturas e experiências, estes grupos podem superar a secular construção de preconceitos e desenvolver uma visão mais positiva de si mesmos.

Esta construção de identidades coletivas não se limita à dimensão cultural, mas articula-se com a dimensão política, promovendo a organização dos grupos excluídos para a luta por seus direitos e por transformações sociais mais amplas.

9 A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

9.1 AS ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO BRASILEIRO

O contexto brasileiro apresenta características específicas que tornam a educação popular particularmente relevante. A persistência de profundas desigualdades sociais, a exclusão de amplos segmentos da população e a força dos movimentos sociais criam condições favoráveis para o desenvolvimento de práticas educativas transformadoras.

A diversidade cultural brasileira, com suas múltiplas etnias, culturas e tradições, oferece um rico repertório para a educação popular. A valorização desta diversidade pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática, que reconheça e valorize as diferentes formas de conhecimento e cultura.

9.2 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Apesar de suas potencialidades, a educação popular enfrenta diversos desafios no contexto brasileiro. A hegemonia da educação formal, a desvalorização dos saberes populares e a falta de

recursos para o desenvolvimento de práticas educativas alternativas constituem obstáculos significativos.

Além disso, o avanço do neoconservadorismo e a perseguição aos movimentos sociais têm criado um ambiente hostil para a educação popular. A criminalização de práticas educativas críticas e a tentativa de controle ideológico da educação representam ameaças concretas ao desenvolvimento da educação popular.

9.3 AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

Apesar dos desafios, a educação popular mantém suas possibilidades de resistência e transformação. A capilaridade dos movimentos sociais, a força das culturas populares e a capacidade de organização dos grupos excluídos oferecem bases sólidas para o desenvolvimento de práticas educativas alternativas.

A articulação entre diferentes movimentos sociais e a construção de redes de solidariedade podem potencializar o impacto da educação popular. A conexão entre lutas específicas e a luta mais ampla pela transformação social pode fortalecer os processos educativos e ampliar seu alcance.

10 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A EDUCAÇÃO POPULAR

10.1 A NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO TEÓRICO

O desenvolvimento da educação popular requer um constante aprofundamento teórico que permita compreender melhor suas potencialidades e limitações. A articulação entre diferentes perspectivas teóricas, como o marxismo, a pedagogia crítica e os estudos decoloniais, pode enriquecer a fundamentação da educação popular.

Este aprofundamento teórico deve estar sempre articulado com a prática, evitando o debate acadêmico vazio e mantendo a vinculação com as necessidades concretas dos grupos populares. A teoria deve servir para iluminar a prática e orientar a ação transformadora.

10.2 A CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A educação popular requer o desenvolvimento de metodologias participativas que permitam a efetiva participação dos grupos populares nos processos educativos. Estas metodologias devem valorizar os saberes populares, promover o diálogo entre diferentes perspectivas e estimular a reflexão crítica sobre a realidade.

O desenvolvimento de metodologias participativas deve considerar as especificidades dos diferentes grupos e contextos, evitando a imposição de modelos únicos. A flexibilidade e a adaptabilidade são características fundamentais das metodologias da educação popular.

10.3 A ARTICULAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

A educação popular pode ampliar seu impacto através da articulação com outros movimentos sociais que lutam por transformações sociais. A construção de alianças estratégicas pode fortalecer tanto a educação popular quanto outros movimentos, criando sinergias que potencializem a luta por justiça social.

Esta articulação deve respeitar a autonomia dos diferentes movimentos, mas buscar pontos de convergência que permitam ações conjuntas. A educação popular pode contribuir para a formação de lideranças e para o fortalecimento da consciência crítica nos diferentes movimentos sociais.

11 METODOLOGIA DE ANÁLISE

11.1 ABORDAGEM TEÓRICA

A presente análise fundamenta-se no materialismo histórico-dialético como método de compreensão da realidade social. Esta abordagem permite compreender as contradições presentes na sociedade capitalista e as possibilidades de transformação social através da práxis educativa.

O materialismo histórico-dialético oferece instrumentos conceituais importantes para a análise da educação popular, permitindo compreender suas relações com a estrutura social mais ampla e suas potencialidades transformadoras. Esta perspectiva teórica orienta tanto a análise crítica da educação institucionalizada quanto a proposição de alternativas educativas.

11.2 ANÁLISE CRÍTICA DA LITERATURA

A análise da literatura existente sobre educação popular e temas relacionados permite identificar as principais contribuições teóricas e as lacunas que ainda precisam ser preenchidas. Esta análise crítica busca não apenas sistematizar o conhecimento existente, mas também identificar possibilidades de aprofundamento e desenvolvimento.

A diversidade de perspectivas teóricas presentes na literatura sobre educação popular requer uma análise cuidadosa que permita identificar convergências e divergências, bem como as possibilidades de articulação entre diferentes abordagens.

11.3 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A análise da educação popular requer a constante articulação entre teoria e prática, evitando tanto o teoricismo quanto o praticismo. A teoria deve iluminar a prática e orientar a ação, enquanto a prática deve alimentar a teoria e permitir sua constante renovação.

Esta articulação entre teoria e prática é fundamental para manter a relevância e a efetividade da educação popular. A reflexão teórica deve estar sempre vinculada às necessidades concretas dos grupos populares e às possibilidades reais de transformação social.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo revela a importância da educação popular como alternativa às limitações da educação institucionalizada. Através da perspectiva marxista, foi possível compreender como a escola funciona como aparelho ideológico do Estado, reproduzindo as desigualdades sociais e perpetuando a dominação capitalista.

A educação popular emerge como possibilidade concreta de construção de práticas educativas que questionem as estruturas de poder estabelecidas e contribuem para a formação de identidades autênticas nos grupos politicamente minoritários. Através da valorização das práticas sociais e da sistematização do conhecimento popular, a educação popular pode contribuir para a superação da invisibilização social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O contexto atual, marcado pelo avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo, torna ainda mais urgente a necessidade de desenvolver alternativas educacionais que não dependam dos espaços institucionalizados controlados pelo Estado. A educação popular oferece essas alternativas, mas requer o aprofundamento teórico, o desenvolvimento de metodologias participativas e a articulação com outros movimentos sociais.

A compreensão crítica do direito como mercadoria e da constituição material da subjetividade no capitalismo revela as limitações das abordagens que se baseiam exclusivamente na conscientização individual ou na luta por direitos. A educação popular, ao articular a dimensão individual com a coletiva e ao vincular a reflexão crítica com a prática social, oferece possibilidades mais efetivas para a transformação social.

As práticas sociais constituem o fundamento da educação popular, oferecendo espaços para a construção de identidades coletivas e para a sistematização do conhecimento popular. A diversidade de perspectivas e experiências presentes nas práticas sociais enriquece o processo educativo e potencializa sua capacidade transformadora.

O contexto brasileiro, com suas especificidades históricas e culturais, oferece condições favoráveis para o desenvolvimento da educação popular, mas também apresenta desafios significativos. A persistência das desigualdades sociais, a força dos movimentos sociais e a diversidade cultural brasileira criam oportunidades para práticas educativas transformadoras, mas o avanço do neoconservadorismo e a perseguição aos movimentos sociais representam ameaças concretas.

As perspectivas futuras para a educação popular dependem do aprofundamento teórico, do desenvolvimento de metodologias participativas e da articulação com outros movimentos sociais. A construção de redes de solidariedade e a conexão entre lutas específicas e a luta mais ampla pela transformação social podem potencializar o impacto da educação popular.

A análise metodológica baseada no materialismo histórico-dialético permite compreender as contradições presentes na sociedade capitalista e as possibilidades de transformação social através da práxis educativa. A articulação entre teoria e prática constitui elemento fundamental para manter a relevância e a efetividade da educação popular.

Em conclusão, a educação popular representa uma alternativa promissora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através da valorização das práticas sociais, da sistematização do conhecimento popular e da articulação com outros movimentos sociais, a educação popular pode contribuir para a superação da invisibilização social e para a construção de identidades autênticas nos grupos politicamente minoritários.

A efetividade da educação popular depende, entretanto, da compreensão crítica das estruturas de poder estabelecidas e da capacidade de desenvolver práticas educativas que questionem essas estruturas. A perspectiva marxista oferece instrumentos conceituais importantes para esta compreensão crítica e para a construção de alternativas transformadoras.

A luta pela transformação social não pode se limitar aos espaços institucionalizados, mas deve buscar alternativas que permitam a construção de práticas educativas verdadeiramente transformadoras. A educação popular oferece essas alternativas, mas requer o comprometimento de educadores, movimentos sociais e grupos populares na construção de um projeto educativo que sirva aos interesses dos oprimidos.

A superação da invisibilização social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária constituem desafios complexos que requerem múltiplas estratégias e abordagens. A educação popular representa uma dessas estratégias, oferecendo possibilidades concretas de transformação social através da práxis educativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.
- CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- DUSSEL, E. D. Filosofia na América Latina: filosofia da libertação. São Paulo: Loyola, 1977.
- GALUPPO, Marcelo Campos. Hermenêutica Constitucional e Pluralismo. IN. SAMPAIO, José Adércio Leite; CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza (Coord.). Hermenêutica e jurisdição constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. A alienação da política nas democracias constitucionais modernas e as alternativas democráticas consensuais na América Latina. In: O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino americano / organizadores Eduardo Manuel Val, Enzo Bello. - Caxias do Sul, RS : Educs, 2014, Pág. 103-118.
- MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 46-69, mar. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000100046&lng=pt&nrm=iso. acessos em 02 maio. 2025. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2017/27066>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza de. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Hucitec, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, v. 4, n. 8, p. 06-14, out. 2012.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez de. et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. 32ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT06-5383-Int.pdf>. Acesso em 02 de jun. 2025.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32ª. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- SILVA, Marcos Rodrigues da. Cultura, Direitos Humanos e relações étnico-raciais. In: COSTA, José André da. et al. (Orgs). Direitos humanos e relações étnico-raciais: caminhos para a educação. Passo Fundo: Berthier, 2012, p. 15-25.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VERAS, Marcos Flávio Portela; DE BRITO, Vanderli Guimarães. Identidade étnica: a dimensão política de um processo de reconhecimento. *Anthropos -- revista de Antropologia*, ano 4, vol. 5, maio 2012.

WARAT, Luis Alberto. Introdução geral ao direito. Interpretação da lei. Temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

SILVA, Marcos Rodrigues da. Cultura, Direitos Humanos e relações étnico-raciais. In: COSTA, José André da. et al. (Orgs). *Direitos humanos e relações étnico-raciais: caminhos para a educação*. Passo Fundo: Berthier, 2012, p. 15-25.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

VERAS, Marcos Flávio Portela; DE BRITO, Vanderli Guimarães. Identidade étnica: a dimensão política de um processo de reconhecimento. *Anthropos -- revista de Antropologia*, ano 4, vol. 5, maio 2012.

WARAT, Luis Alberto. Introdução geral ao direito. Interpretação da lei. Temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.